

Lima e Silva: a Cisplatina para esquecer

ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES*

O objetivo desta comunicação será analisar o relato produzido pelo marechal Luiz Manoel de Lima e Silva acerca da Guerra Cisplatina (1825-1828). O texto do militar foi escrito no oitocentos, mas publicado apenas no século XX. Nesse sentido, o trabalho pretende discutir, em alguma medida, como o autor descreveu o conflito, mas, principalmente, que elementos discursivos presentes no texto poderiam explicar o longo período em que sua narrativa esteve condenada ao esquecimento.

Marechal Luiz Manoel de Lima e Silva foi comandante das forças do Império brasileiro na Guerra Cisplatina e sobre sua experiência no campo de batalha escreveu o livro *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata* (LIMA e SILVA, 1956). A narrativa foi publicada primeiramente sob o título *Annaes do Exercito Brasileiro sobre a guerra com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata e campanhas de 1825 a 1828 na Provincia de São Pedro do Sul* pela Imprensa Militar, apenas em 1925, e, depois, em 1927, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por ocasião das comemorações do Centenário da Batalha do Passo do Rosário. O texto foi, contudo, possivelmente escrito em 1862.

E será exatamente essa distância entre a escrita de Lima e Silva e sua publicação que interessará aqui; isso porque, parece plausível afirmar que o conteúdo crítico do relato do comandante seria a explicação mais provável para o longo ostracismo em que esteve submetido seu discurso. Hipótese que se fortalece quando discutida a repercussão do mesmo tema nas décadas de 1850 e 1860 nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O que reforça a ideia da pertinência do debate do Prata para os contemporâneos de Lima e Silva.

Além disso, não se pode ignorar o sobrenome do marechal, fator que, pelo menos em princípio, lhe forneceria legitimidade o bastante para escrever sobre a história de uma guerra em que foi testemunha ocular. De origem portuguesa, os Lima e Silva¹ se estabeleceram no Rio de Janeiro em 1767, quando o então coronel Francisco de Lima e Silva e seu irmão,

* Doutoranda no programa de pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia IFCH/Unicamp, sob orientação do prof^a. Dr^a. Izabel Andrade Marson.

¹ Para dados biográficos ver BARATA; BUENO, s/d. e SOUZA, 2008.

recentemente elevado ao posto de alferes, José Joaquim de Lima e Silva,² atravessaram o Atlântico na expedição do tenente-general alemão Johann Heinrich Böhm que chefiava três regimentos do Exército português. A expedição tinha a missão de combater os espanhóis e reorganizar os regimentos regulares sob a disciplina prussiana. Os dois irmãos almejavam melhores oportunidades no exército e viam nas terras americanas o caminho mais curto para alcançar tais objetivos.

Francisco de Lima e Silva não teve muita sorte na sua estada no Brasil; logo que chegou sofreu um tombo que o manteve cerca de dois meses afastado do cargo. Quando recuperado, viu abater-se sobre si uma doença desconhecida que perdurou por seis meses. Ao retornar às suas funções, Francisco de Lima e Silva se deparou com outro problema: a dificuldade de disciplinar seus comandados. Todas essas intempéries criaram uma enorme pressão em cima do comandante, que suportou ainda o descontentamento de seu superior, Böhm, e do vice-rei, marquês do Lavradio, ambos propondo ao rei de Portugal a destituição de Francisco de Lima e Silva de seu cargo e imediato regresso à sede da monarquia lusa. Entretanto, apenas em 1777 o coronel foi reformado e autorizado a retornar ao reino.³

José Joaquim de Lima e Silva não apresentou melhor destino, aportou muito jovem em uma terra desconhecida, sem amigos nem vínculos familiares, numa situação agravada pela partida do irmão. Dessa forma, o militar teve uma ascensão demasiadamente lenta tanto pela falta de inserção política e social quanto pela ausência de oportunidade de promoção com o fim da campanha do Sul contra os espanhóis.⁴ Em 1785, José Joaquim contraiu matrimônio com Joana Maria da Fonseca Costa⁵ e deixou uma grande descendência também ligada à carreira militar. Entre os filhos militares⁶ estão o tenente-general Francisco de Lima e Silva,⁷

² José Joaquim e Francisco de Lima e Silva eram filhos do João da Silva Fonseca Lima e de Isabel Maria Josefa Brandão Ivo. Também João Fonseca Lima, segundo Adriana SOUZA, 2008, era de carreira militar e quando de sua reforma, em 1754, figurava como sargento-mor.

³ De acordo com Adriana SOUZA, 2008, Francisco de Lima e Silva foi, já em Portugal, promovido à patente de brigadeiro e recebeu o governo das armas de Castro Marim, região em que servia antes de sua partida para o Brasil. Souza afirma também, que os prêmios atribuídos a Francisco de Lima e Silva estavam ligados a sua disposição de se lançar em uma empreitada em ultramar para defender mais aos interesses do rei e menos aos serviços prestados por este na colônia, isto porque tais recompensas mantinham a confiança na validade da carreira militar. O brigadeiro morreu em 1779. Mais detalhes em SOUZA, 2008.

⁴ Adriana Souza, 2008, faz uma análise muito bem documentada da trajetória de José Joaquim.

⁵ Joana Maria (1762 - 1842) também era de uma família de origem militar; seu avô foi o sargento-mor João Francisco da Costa. Cf. BARATA; BUENO, s/d.

⁶ José Joaquim teve apenas uma filha, Maria Joaquina de Lima e Silva (1788-1862). Cf. BARATA; BUENO, s/d.

⁷ Tenente-general Francisco de Lima e Silva (1785-1853) foi regente do Império entre 1831 e 1835. Era pai do Duque de Caxias. Cf. BARATA; BUENO, s/d.

o barão da Barra Grande, o marechal José Joaquim de Lima e Silva,⁸ o visconde de Magé, o tenente-general Manoel da Fonseca de Lima e Silva,⁹ o barão de Suruí, o general João Manoel de Lima e Silva¹⁰ e o marechal Luiz Manoel de Lima e Silva, autor da memória em questão.¹¹ Foi depois de um caminho tortuoso e uma longa espera que José Joaquim¹² conseguiu galgar melhor colocação militar e usou de sua influência para facilitar a carreira de seus filhos; com isso, os Lima e Silva ganharam cada vez mais força dentro do exército.

Já do Lima e Silva que interessa a este trabalho, sabe-se que nasceu no Rio de Janeiro em 1806. Muito cedo se distanciou dos cuidados maternos e de seus afazeres de menino para ingressar na carreira militar; tendo apenas 4 anos, assumiu como cadete de 1ª classe no 1º Regimento de Infantaria de Linha, posteriormente batizado de 1º Batalhão de Fuzileiros.¹³ Em 1822 foi promovido à patente de alferes, quando cursava a Academia Militar – onde conclui o curso de Infantaria. Logo passou a tenente e foi nomeado para o 2º Batalhão de Caçadores da Corte. Ao irromper a guerra, em 1825, Luiz Manoel de Lima e Silva recebeu a patente de capitão da 5ª Companhia do 3º Batalhão de Caçadores e, de acordo com Tasso Fragoso,¹⁴ teria presenciado a Batalha do Passo do Rosário atuando nessa mesma posição. Finda guerra, regressou ao Rio de Janeiro.

Luiz Manoel de Lima e Silva escalou rapidamente a hierarquia militar, recebeu, em 1837, a patente de major, cinco anos depois de tenente-coronel e, em 1844, de coronel. Liderado por Duque de Caxias (seu sobrinho), em 1851, fez parte das operações de invasão da República Oriental do Uruguai, onde comandou a 11ª Brigada até o encerramento do conflito no ano seguinte. Já em 1853 ascendeu ao cargo de brigadeiro, comandando a Guarda Nacional da capital do Rio Grande do Sul, mas, em 1864, adoeceu e foi reformado.

⁸ Cf. BARATA; BUENO, s/d., o marechal José Joaquim de Lima e Silva (1787-1855) foi ministro da Guerra e do Império. No prefácio de Souza Doca às memórias de Lima e Silva, o nascimento de José Joaquim consta como 1789; apud LIMA E SILVA, 1956.

⁹ Tenente-general Manoel da Fonseca de Lima e Silva (1793-1869) foi comandante do exército do Império na campanha de Independência na Bahia.

¹⁰ General João Manoel de Lima e Silva (1805-1837) foi general da República Farroupilha.

¹¹ Entre os netos de carreira militar, talvez o mais ilustre Lima e Silva seja o marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias; entre os demais, o major João Manuel de Lima e Silva, o coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o tenente Carlos Miguel de Lima e Silva, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, o marechal Francisco de Lima e Silva, e por fim o marechal João Manuel de Lima e Silva.

¹² José Joaquim de Lima e Silva chegou, apenas em 1808, a coronel; e 4 anos depois ao cargo de brigadeiro. Em 1817 recebeu a Ordem de Cristo e, em 1818, foi elevado a marechal de campo.

¹³ Dados bibliográficos extraídos do prefácio de Souza Doca ao livro de LIMA E SILVA, 1956.

¹⁴ Tasso Fragoso escreveu o prefácio da memória de Lima e Silva publicada pela Imprensa Militar, em LIMA E SILVA, 1926.

Entretanto, com o início da Guerra do Paraguai, tornou-se membro da Junta Militar de Justiça no Rio Grande do Sul, cargo em que continuou até 1867.¹⁵ Ostentou em seu peito inúmeras condecorações, como a medalha da Pacificação da Província de Pernambuco, de oficialato da Imperial Ordem da Rosa, de comendador da Ordem da Rosa e de comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz; distinções que denunciam sua importância militar e sua facilidade de circulação na política imperial e, por seu turno, tornam ainda mais contraditório o silenciamento de suas lembranças.

Retomando a *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata* de Lima e Silva, o livro se inicia com o desembarque de Juan Lavalleja na Banda Oriental em 1825, fato responsável pela eclosão da guerra. Logo depois o narrador passou a apresentar a seus leitores um quadro geral das condições das tropas brasileiras, as quais, diga-se de passagem, não eram nada animadoras. Assim, descreveu um exército faminto, sem fardamento,¹⁶ em más condições sanitárias e morrendo¹⁷ antes mesmo de chegar aos campos de batalha.

Os motivos para tamanha miséria não são tratados claramente no texto de Lima e Silva, porém, alguns indícios surgem no decorrer da narrativa e apontam para causas internas ao próprio comando do exército,¹⁸ excluindo, talvez, a responsabilidade de elementos externos: como o imperador ou seu gabinete.

Acrescentarei ainda que durante todo o tempo do comando do general Rosado a tropa não recebeu fardamento, nem a distribuição semestral de sapatos, calças e camisas. Tudo isso ficou no depósito geral de S. Francisco de Paula, onde também estavam os uniformes de parada dos dois batalhões da Côrte, que eram riquíssimos, sobretudo os dos músicos, que tinham sido dados em 1824, pelo comércio de Pernambuco. [...] (LIMA E SILVA, 1956, p. 49).

Sobre a campanha, as notícias iniciais acerca dos confrontos pendem para o lado do inimigo, porque, no ano de 1825, os dois mais importantes embates terminaram com a vitória

¹⁵ Veio a falecer em Porto Alegre, no ano de 1873.

¹⁶ Destacou principalmente a ausência de roupas apropriadas para o frio peculiar do sul do país e que era especialmente grave para as tropas do norte, as quais recebiam apenas uma manta. Além, das condições climáticas adversas, sofriam ainda com o péssimo estado sanitário nos acampamentos.

¹⁷ O memorialista citou a grande mortandade gerada pela disenteria que em poucos meses matou de 500 a 600 praças. Na sua percepção, a doença foi mais danosa por causa da má alimentação em que os homens já estavam e a falta de tratamento adequado nos hospitais improvisado.

¹⁸ Lima de Silva, como Machado de Oliveira, menciona as brigas políticas entre o presidente da província de São Pedro, José Egídio Gordilho de Barbuda e o brigadeiro Francisco de Paula Damasceno Rosado.

das tropas republicanas, a saber: a batalha ocorrida no Rincão das Galinhas,¹⁹ em 24 de setembro, e a batalha travada em Sarandí,²⁰ em 12 de outubro. Mas os brasileiros também obtiveram, segundo o autor, um resultado relevante: o combate de Meriñai²¹ que aconteceu no ano seguinte.

Entretanto, o pior ainda estava por vir. Após a substituição de Rosado pelo visconde da Laguna, que permaneceu no cargo entre setembro de 1826 e janeiro de 1827, assumiu o comando brasileiro o marquês de Barbacena. Lima e Silva não economizou críticas a Barbacena,²² seja ao sugerir que sua nomeação foi uma opção acertada pelo imperador e não resultado de sua aptidão militar, seja ao discutir sua inabilidade para comandar soldados ou seja pela acusação de desconhecimento das atividades mais elementares praticadas no Exército; enfim, na perspectiva do autor, Barbacena era um político e nunca seria um militar. Portanto, vale reproduzir uma historieta contada pelo narrador, que verdadeira ou não, coloca em questão a capacidade do novo chefe das tropas imperiais.

O general conde de Rio Pardo, que acompanhava o imperador e era pessoa de sua confiança e muito franco, disse-lhe uma vez no palácio de Pôrto Alegre, na presença do visconde de Castro: V. M. pode fazer tudo quanto quiser ao marquês de Barbacena, mas desculpe-me, não é capaz de fazer dêle um general. (LIMA E SILVA, 1956, p. 52).

Nesse sentido, a informação de que Lecor tinha sido substituído por Barbacena teria produzido surpresa no Rio de Janeiro, pois o novo general era conhecido por suas atividades enquanto parlamentar e como diplomata, mas não como militar de carreira. Tamanha inaptidão acarretou um profundo descontentamento nos militares competentes preteridos pelo imperador, provavelmente também dos Lima e Silva.

A nomeação do marquês de Barbacena, que poucos meses antes havia chegado da Europa, causou o maior espanto na Côrte porque ninguém o conhecia como militar

¹⁹ A derrota é confirmada pelo militar LIMA E SILVA, 1956, p. 40: “[...] em 24 de setembro do mesmo ano, já tinha havido o combate do Rincão das Galinhas em que fomos também derrotados e perdemos o valente coronel José Luis Mena Barreto, que ficou no campo de batalha.”

²⁰ Sobre a famosa derrota em Sarandí, LIMA E SILVA, 1956, p. 40, comenta: “As fôrças que foram dirigidas contra êle [refere-se a Rivera] eram comandadas pelo coronel de milícias Bento Manoel Ribeiro que encontrando o inimigo em Sarandí, em 12 de outubro de 1825, o atacou e fomos derrotados morrendo muita gente e havendo muitos prisioneiros dos nossos, entre êles oficiais superiores, subalternos e praças de pret.”

²¹ De acordo com Lima e Silva, Meriñai foi o feito de armas mais importante, ocorrido em 5 de novembro. Uma vitória arrancada pelo coronel Bento Manoel Ribeiro do coronel Aguirre.

²² São poucas as colocações positivas feitas por LIMA E SILVA, 1956, p. 108, ao marquês, em uma delas ressalta uma frase corajosa diante do perigo da morte: “Ouvimos da boca do general marquês de Barbacena, quando a bala caiu ao solo, na frente de seu cavalo, as seguintes e corajosas palavras: *Oh! que bala amiga!* Isto nos lembra como se fôsse, e essas memoráveis palavras ficaram gravadas em nossas ideias e por honra da verdade devemos relatar êsse fato.”

e muito menos como general. Era individualmente desconhecido no exército. Chegara êle à alta patente de general fazendo a sua carreira nas antecâmaras dos capitães generais de Minas e Bahia, e depois na Europa, em viagens de recreio ou no serviço diplomático depois da independência. Mostrou sua capacidade como diplomata e depois como ministro dos Negócios Estrangeiros e de Finanças e foi também um hábil parlamentar. Mas não eram essas qualidades título suficiente para comandar um exército. O marquês nunca comandara um soldado e se alguma vez viu exércitos formados, seria nas paradas a que assistira na Europa. (LIMA E SILVA, 1956, p. 55).

Contudo, colocar um homem despreparado no comando das tropas não foi o único erro do governo, soma-se a carência de material bélico, de transporte adequado e a falta de quantitativo humano suficiente, visto que a campanha no Sul não contou com todo efetivo do Exército brasileiro, situação que, pelo menos no discurso de Lima e Silva, era oposta à das fileiras inimigas. Os argentinos por sua vez, além de estar em maior número eram melhor equipados e treinados, e tinham participado de outras campanhas importantes em solo vizinho. Sendo assim, conforme o memorialista, o governo imperial teria se equivocado em subestimar o inimigo, e foi quando esse erro resultou em consideráveis danos.²³

A conjuntura desfavorável às tropas imperiais, porém, não significou um fracasso nos campos; isso mesmo, Lima e Silva assegura, ainda que tenha descrito em sua memória um quadro especialmente caótico das tropas brasileiras, um resultado honroso para a nação na batalha mais importante, o confronto de 20 de fevereiro de 1827. O que causa mais estranhamento nesse discurso de Lima e Silva propondo o empate na Batalha do Passo do Rosário mesmo diante da calamidade das tropas imperiais é o fato do autor ainda assim insistir em buscar culpados por tal resultado. Ora, se o Brasil não foi derrotado apesar do governo imperial ter sido imprevidente, das tropas estarem em menor número, mal alimentadas, sem armamentos e sem fardamentos tal resultado deveria ter sido considerado positivo. Mas, ao contrário, o texto do memorialista continua enumerando os erros de seu

²³ Segundo Lima e Silva a situação do exército brasileiro era tão delicada assim por causa da imprevidência do governo. O inimigo tinha reservado ao conflito 10 mil soldados e ainda contava com comandantes experientes e um exército muito bem equipado. Em situação oposta, o Império tinha destinado à guerra apenas seis mil homens e lhes faltavam elementos básicos em uma campanha, como canoas para atravessarem os rios da região ou carros para levarem os doentes. Tal situação, segundo o autor, contrastava com a realidade das forças imperiais que contavam com um excelente exército composto de 33 fortes batalhões e 17 corpos de artilharia e que por decisão do governo não foram enviados logo em 1826 para o Sul do país. O panorama descrito por Lima e Silva, como já sugerido em outras ocasiões, parece um pouco exagerado quando analisado o contexto histórico dos dois beligerantes, afinal as Províncias Unidas estavam às voltas com uma guerra civil e o Império tinha perdido parte de seu efetivo formado por lusos que retornaram ao seu país com a independência. Tanto carecia de braços armados que implementou um criticado sistema de recrutamento no Sul e recorreu aos mercenários alemães.

exército. Motivo que parece assaz convincente para explicar o porquê de suas memórias não terem recebido o apoio do imperador.

Nesse sentido, o memorialista discute a localização geográfica em que se deu a Batalha de Passo do Rosário. Ao explicar o embate, o narrador atribuiu ao general das forças inimigas, Carlos Alvear, a vantagem de conhecer bem o território em que se travou o encontro e de conseguir atrair os brasileiros ao ponto desejado. Prosseguiu com a surpresa do general Barbacena ao encontrar o inimigo disposto em linha de batalha a sua espera e assim não restou às forças imperiais alternativa senão lutar.

Os *Annaes* também fazem referência à relação entre o general em chefe Barbacena e o marechal Brown. Lima e Silva foi enfático e identificou em Barbacena a posição de subordinado ao marechal, aproveitando inclusive para questionar as decisões militares de Brown. Com isso, o narrador acabou por insinuar que coube a Brown a direção da batalha. Nota-se, com isso, que a presença de um estrangeiro em posição de destaque gerou desconforto entre alguns brasileiros, os quais imaginavam ter qualificação suficiente para assumir o mesmo cargo e, entre eles seria possível, provavelmente, incluir algum Lima e Silva.

Depois das críticas tanto ao marquês quanto ao marechal Brown, Lima e Silva colocou a batalha do Passo do Rosário mais uma vez no centro da discussão. Agora, o exército brasileiro, que algumas páginas antes tinha arrancado um empate sofrido, retorna em melhor posição. O narrador, com o avanço do texto, passou a oferecer outro exército argentino, o qual, durante a Batalha do Passo, nem estava em uma situação tão superior assim quando comparado aos imperiais.

Ao fim da Batalha, Lima e Silva igualou as tropas republicanas e imperiais, descrevendo a ambas a partir do cansaço de seus homens e do mau estado de suas cavalhadas, isso é, da falência que se impôs aos dois lados. O narrador ainda apresentou uma pequena história, que, verdadeira ou falsa, acabou por sugerir que nesse confronto não houve vitoriosos de fato:

Êsse regato ficava a pequena distância da altura em que marchava a coluna inimiga e esta impassível seguia a sua marcha acompanhando-nos, sem se importar com a multidão que dispersa ia beber água. Ocasão houve em que os soldados inimigos fizeram o mesmo que os nossos, sem que com êles nos importássemos também. Isso prova o cansaço em que todos iam. Os míseros cavalos não podiam dar um passo e por isso o inimigo foi obrigado a não seguir-nos de certa altura

para diante, em que parou, e o nosso exército continuando o perdeu de vista e êle voltou para seu acampamento. (LIMA E SILVA, 1956, p. 109-110)

Os estrangeiros, Barbacena, Brown, o governo imperial e ora o imperador: os alvos de Lima e Silva foram muitos e suas memórias acabaram por falar mais de todo o jogo político que permeou a guerra que de suas demandas estratégico-militares, o que não desperta nenhuma surpresa. Coube também em sua narrativa uma pitada de ressentimento, talvez por si e pelos postos que não galgou, mas, possivelmente, por todos os Lima e Silva. Suas recordações não trataram de um Brasil perdedor, mas também passaram ao largo de uma memória inquestionavelmente gloriosa, como se esperava do grande Império que o país tentava ser na década de 1860.

Fonte utilizada

1. LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956.

Bibliografia

ALBERDI, Juan B. *Las Disensiones de la Republicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil*. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1863.

BALDRICH, J. Amadeo. *Historia de la Guerra del Brasil*. Buenos Aires: Imprenta La Harlem, 1905.

BANDEIRA. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2 ed. Rev. São Paulo Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Vol. II. São Paulo: Iberoamerica Comunicação e Cultura S.C. Ltda, s/d.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CARRANZA, Jacinto. *¿Cuántos eran los treinta y tres?*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1946.

GONÇALVES, Roberta Teixeira. **Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)** 2010. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010

GUERRA, François- Xavier. “El ocaso de la monarquía hispánica. Revolución y desintegración. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). Inventando la nación. Iberoamericana. Siglo XIX. México: FCE, 2003.

JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003

_____. *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005

LIMA, Oliveira . *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

_____. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das . *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002..

PALTI, Elías José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PINTOS, Anibal Barrios. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

_____. *Lavalleja la pátria independente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los origenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOARES DE SOUZA, José Antônio. *Honório Hermeto no Rio da Prata. Missão Especial de 1851/52*. São Paulo: Brasiliense, 1959

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, J.A. Soares. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: *HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970.

VÁZQUEZ, Juan Antonio. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideo: Centro Militar, 1957.